Educação contextualizada: uma experiência no ensino da língua portuguesa na modalidade EJA

, Milton José Piovesan [1] Georgia Patrícia da Silva[2]

[1]Doutor em Ciências da Educação - IFRR. e-mail: Milton@ifrr.edu.br
[2]Doutora em Políticas Públicas– IFRR. e-mail: geoufpe@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo teve como objetivo de analisar os desdobramentos da educação contextualizada no ensino da língua portuguesa com estudantes da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) do campo do primeiro ano do Curso Técnico em Agropecuária, na Unidade Descentralizada de Novo Paraíso, Estado de Roraima, Brasil. Para isso, fez-se uma investigação com uma população total de 15 alunos, 08 professores e 04 gestores vinculados ao curso. A pesquisa relatada tem natureza descritiva e abordagem qualitativa. Os dados foram colhidos através de questionários, entrevistas e observações**.** Como resultado percebeu-se avanços no ensino-aprendizagem. Após o uso, pelos professores, de textos e atividades que tinham uma relação com as experiências de vida e de trabalho dos alunos houve maior demonstração de interesse por parte dos discentes e facilidade em expressar as ideias oralmente. Mas, na escrita, ainda apresentaram dificuldades em escrever corretamente, no que tange ao cumprimento das normas cultas da língua materna.

Palavras–chave: aprendizagem; educação contextualizada, ensino, EJA, língua portuguesa,

1. INTRODUÇÃO

A correta expressão oral e escrita são valores que são resgatados e cobrados por quase todos os meios. Mediante as novas tendências do mercado de trabalho o domínio da língua portuguesa é cada vez mais exigido. Ao contrário do que se pensa, não é apenas necessário ter outros idiomas e deixar de lado a língua materna oficial. Isso é considerado um pecado capital, ou seja, não é tão aceitável a desvalorização da língua culta, sobretudo, a banalização da escrita.

Considera-se que em situação de comunicação do texto e contexto a formação e desenvolvimento da capacidade linguística, e que as habilidades de leitura e escrita dentro dos padrões cultos, são de grande importância porque constituem elementos essenciais na comunicação e conduta das pessoas para que possam prosseguir na luta por um lugar no mercado de trabalho e também no convívio social.

O conhecimento mais eficaz da língua portuguesa para as sociedades pode garantir uma base de resistência cultural, mas há de convir que diante dessa tal modernidade intelectual, faz-se necessário recorrer a novos métodos de trabalhar especificamente a gramática, método este que venha promover um conhecimento significativo, recorrendo sempre a fontes de informações mais abundantes e especializadas.

Neste sentido, reconhece-se que o conhecimento e o domínio dos padrões cultos da língua são muito importantes, no entanto, no atual contexto escolar, é notável a desmotivação no processo de aprendizagem dos alunos em relação ao ensino da língua portuguesa. Sendo assim, após várias críticas acerca do ensino principalmente da gramática, o uso de novas metodologias e busca por um ensino real e contextualizado da língua, que leva os docentes a travar batalhas nas salas de aula.

O presente estudo teve o objetivo de analisar o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa contextualizada com estudantes jovens e adultos do campo do primeiro ano

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

do Curso Técnico em Agropecuária, na Unidade Descentralizada de Novo Paraíso, Estado de Roraima, Brasil. Este trabalho teve foco a modalidade EJA- Educação de Jovens e Adultos do campo, que tem princípio um conjunto de processos de aprendizagens, formais ou não formais, pelas quais as pessoas, consideradas adultas, desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas e profissionais ou as reorientam, a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade.

Segundo Menezes (2002) a ideia de contextualização entrou em pauta com a reforma do ensino médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que orienta para a compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Tem origem nas diretrizes que estão definidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são guias para orientar a escola e os professores na aplicação do novo modelo. De acordo com esses documentos, orienta-se para uma organização curricular que, entre outras coisas, trate os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual.

A educação de adultos camponeses compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos baseados na prática.

Com este estudo, quis-se estabelecer um diálogo entre os educadores que atuam em sala de aula da Educação de Jovens e Adultos e discentes, com questionamentos e reflexões sobre os elementos teóricos, práticos e metodológicos da prática educativa, no intuito de identificar as características da educação contextualizada, bem como contribuir para melhoria do ensino e da aprendizagem na língua portuguesa.

1.1 Norma culta versus norma popular

Segundo Pereira e Torres (1998), há milhões de anos, os homens que habitavam a Terra viviam de forma muito diferente da forma atual de se viver. Sempre em pequenos bandos, caçavam e pescavam para sobreviver, moravam em cavernas e usavam pedaços de madeira e pedra para se protegerem dos ataques de animais.

Os bandos eram organizados, e a comunicação entre eles era bastante primitiva: uivavam e gesticulavam, tendo as mãos como principal instrumento de sobrevivência. Com a escassez de alimentos, o homem foi se adaptando, buscando novas formas, mais seguras e eficientes para suprir suas necessidades. Isso tudo aconteceu comitantemente com o aperfeiçoamento da comunicação entre eles.

Dispondo de vários recursos para se expressar e se comunicar, após longo tempo, o homem foi criando palavras, frases, transmitindo verbalmente suas primeiras impressões. Assim surgiu a língua materna (língua que é falada e praticada pelo sujeito, pelo fato de ser a língua também falada e praticada pela sociedade onde ele nasceu) que une e difere povos.

Desde a colonização, a imposição de uma língua e a forma da sua verbalização e posterior escrita, tem sido uma realidade nas sociedades e conseqüentemente, no ensino em nas escolas. No caso do Brasil é notável a valorização do português culto no ensino de língua portuguesa. “Este é prestigiada por pertencer a falantes de classe social mais elevada, desse modo, o domínio da norma “culta” explica-se pelo fato de exprimir a melhor forma de “civilização”, ou seja, por ser utilizada e ditada como correta pela elite” (SANTOS, 2012, p.01)

Considera-se como norma culta aquela que reúne todas as características necessárias para que a escola tenha como modelo de ensino. Não se trata da língua falada em outros lugares, a não ser pelos níveis socioculturais e sociointelectuais mais altos do país. Ao gozar de prestígio e da concepção da comunidade, se converte em instrumento expressivo dela. Esta é a língua da educação superior e,

portanto, da vida profissional. É a que permite desenvolver uma comunicação mais efetiva e mais ampla (SAPIR, 1974).

Sérgio Valdès (1994) diz que existe uma cultura chamada popular e também existe uma modalidade de toda língua nacional que podemos identificar como popular. Essa modalidade não se opõe à língua culta, pelo contrário, em toda uma série de aspectos coincide com ela e a enriquece. Para este autor, a língua culta é a modalidade de língua que representa um modelo de representação, de decisão, a que todos deveriam aspirar. É a que nos permite comunicar facilmente em toda a área, a que possibilita elaborar livros de textos científicos e literários, ou seja, um meio de comunicação onde estão bem estudadas e bem descritas suas regras de construção. É um modelo de língua refinado e culto.

Segundo Peter (1993, p. 27), "a língua poderia ajudar a moldar a identidade coletiva". Mas também poderia atuar como a porteira da identidade individual, a viga mestra da autobiografia.

Saussure, *apud* Nicola (1997, p. 18), diz que "a língua é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade".

Alguns linguistas e especialistas em educação de adultos defendem que a aceitação da variedade popular é parte importante do trabalho com o público que não frequentou a escola na idade correta, já que os alunos chegam à escola com uma linguagem já constituída muito longe do que é a norma culta. Para o adulto que retorna à escola depois de muito tempo sem estudar, aprender a norma culta é quase como "aprender uma língua estrangeira". Então, o educador tem que mostrar que a linguagem dele não é primitiva, mas uma língua que tem uma lógica e por meio da qual ele consegue se comunicar.

Visando atender as necessidades do público não alfabetizado, a UNED Novo Paraíso tem promovido ações que visam aumentar a alfabetização de jovens e adultos objetivando para tal oferta a modalidade EJA apresentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) como uma modalidade de ensino, necessita cumprir suas funções: "reparadora, equalizadora e qualificadora". Entende-se que o motivo pelo qual as pessoas ingressam na EJA é variado, mas o objetivo é o aprendizado com a perspectiva de ter maiores oportunidades no mercado de trabalho.

1.2 Do Programa de educação de jovens e adultos

O PROEJA é um Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e se originou do Decreto número 5.478, de 24/06/2005. Este programa revela uma decisão governamental de atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral estas pessoas são excluídas (BRASIL, 2005.

"A educação de adultos inclui a educação formal, a não-formal e o aspecto da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos" (BRASIL, 2005, p. 38). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, consta no Título V, Capítulo II, Seção V, o Artigo 37 relacionado, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

> Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.
> § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O PROEJA garante ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos, como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da

evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da Constituição Brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos. (Plano Nacional de Educação - introdução: objetivos e prioridades dois).

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural. Como afirma Gadotti (1979), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação, e para isso o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.

Considerando a própria realidade do educando, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para atingir o conhecimento. O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatarem a sua autoestima, pois sua "ignorância" lhes trará ansiedade, angústia e "complexo de inferioridade". Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade.

> A educação do campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, possibilitando e dinamizando a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (CNE/CEB, 2002, p. 04)

Nesta mesma linha, segue a educação para o homem do campo, que de acordo com a resolução CNE/CEB No. 01, de 03 abril de 2002, página 42 Artigo 5º, diz que as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos. 23,26 e 28 da Lei no. 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Apesar de todas essas propostas e segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72),

> a UNESCO nos mostra, através de dados, que o número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil engrossa cada vez mais essas estatísticas". De acordo com Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), "esse fracasso pode ser explicado por vários problemas, tais como: a concepção pedagógica e os problemas metodológicos entre outros.

A educação básica do campo é uma reivindicação dos movimentos populares e está expressa com clareza no documento preparatório para a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do campo: A educação do campo, a partir de práticas e estudos científicos, deve aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo[1]. (I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Carta Aberta. Luziânia – Goiás, 1998).

---

[1] A *I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo* aconteceu no período de 23 a 27 de julho de 1998 em Luziânia (Go) e foi resultado de um amplo debate realizado em nível nacional. Na organização da Conferência, estiveram envolvidos instituições e movimentos sociais: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Universidade de Brasília (UNB). No evento foi redigida a Carta de Luziânia.

O campo é considerado como um espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas, a presença de fecundos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada. (CNE/CEB, 2002, p. 05). Para tanto, é indispensável que todos os setores engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmem a pertinência e apresentem contribuições para a formulação destas diretrizes.

Não há dúvidas quanto à importância política da intensa mobilização nacional que vem sendo feita há alguns anos pelos movimentos sociais, organizados em torno da questão agrária. Tal mobilização não significa discriminar ou dicotomizar campo-cidade ou rural-urbano. O debate central gira em torno da construção de um novo "Projeto Nacional para a Educação do Campo", recolocando-a na pauta da política educacional..

A partir de 2005 o Programa de Governo denominado de Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica no País, estabeleceu a implantação de Escolas Técnicas Federais e Unidades de Ensino Descentralizadas em diversos estados da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, através da PortariaMinisterial Nº. 1.974, de 18 de dezembro de 2006.

A UNED – Novo Paraíso está localizada a aproximadamente 260 km da capital Boa Vista. No Município de Caracaraí – a 12 km da vila de Novo Paraíso, ponto de acesso aos demais municípios da região sul do Estado, cito: Rorainópolis, São João da Baliza,São Luís do Anauá e Caroebe. Hoje o Campus Novo Paraíso oferece o curso Técnico em Agropecuária com habilitação em Agricultura nas modalidades integrado ao ensino médio e educação de jovens e adultos, e o curso Técnico em Agricultura na modalidade subsequente, em Regime de Alternância e integrado.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo fez uma abordagem a respeito da educação contextualizada no ensino da língua portuguesa culta. A pesquisa teve caráter qualitativo com teor descritivo "Na pesquisa qualitativa, a população é considerada apenas referência". Não pretende-se desprezar dados quantitativos, que serão de grande valia no aprofundamento de análises, mas "a delimitação exata da população que é uma preocupação profunda na pesquisa quantitativa" (TRIVIÑOS, 2001, p. 83). A amostra limitou-se a uma turma de estudantes jovens e adultos do campo do curso técnico em agropecuária na UNED de Novo Paraíso. A pesquisa teve as seguintes etapas: primeiro foi realizado um estudo para caracterizar o aluno jovem e adulto do campo, bem como o da UNED. Segundo foi feita a uma análise da turma antes do ensino da língua portuguesa contextualizada. E terceiro realizada o acompanhamento das atividades didáticas no ensino da língua portuguesa culta, pela educação contextualizada.

A amostra configurou-se num total de 15 alunos, 8 professores, 5 gestores. Os alunos que participaram do estudo estavam entre a faixa etária de 19 a 56 anos. Para a análise de conteúdo dos reportes escritos, definiu-se como unidade de análise os textos elaborados por cada um dos alunos em sala de aula. Neles, procurou-se detectar informação sobre pontuação, concordância, sintaxe, ortografia e estrutura gramatical. Além disso, houve entrevistas e mantiveram-se conversas informais com os alunos, professores e gestores

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a criação da UNED de Novo Paraíso, os filhos dos agricultores da região tiveram a oportunidade de obter um ensino com uma qualificação de acordo com as reais necessidades haja vista que os cursos são criados mediante análise de demanda. Mesmo sendo considerada distante de uma comunidade a outra, a UNED foi instalada com acesso estratégico para todas as comunidades

circunvizinhas. Possui uma estrutura condizente com a oferta de cursos e quantidade de alunos. O corpo técnico e docente é composto por profissionais que possuem graduação, mestrado e doutorado.

A maioria dos alunos matriculados na turma em análise são trabalhadores rurais, que afirmam não terem tempo para se dedicar aos estudos. Diante dessa realidade que se estende as demais turmas foi criado um novo Projeto Político Pedagógico da UNED para atender aos alunos do campo, baseado na pedagogia da alternância. Percebe-se que há uma preocupação por parte dos gestores em proporcionar um ensino aprendizagem mais eficiente.

Após os estudos realizados para conhecer a realidade onde os alunos vivem e trabalham, bem como das dificuldades que eles enfrentam para estudar, percebe-se que a educação para os jovens e adultos do campo é um grande desafio e um novo campo para discutir didática do saber ensinar.

Mesmo com tantas atividades rurais, identificou-se que os alunos tem sede de aprender. Eles vêm em busca de um conhecimento que realmente os ajudem a desenvolver e a progredir cultivando a terra onde vivem, e outros pretendem mudar de vida.

Em observação da turma, na medida em que em foi sendo utilizada a educação contextualizada com no ensino da língua portuguesa culta, percebeu-se avanços. Após trabalhar com textos e atividades que tinham uma relação com as experiências de vida e de trabalho, os alunos demonstraram mais facilidade em expressar suas ideias oralmente. Consequentemente, os alunos tornaram mais capazes de assimilar o conteúdo e terem uma comunicação mais fluente no convívio social.

De acordo com a opinião dos discentes isso ocorreu por que a leitura tornou-se mais prazerosa e de fácil entendimento, fez com que se discutissem o assunto, opinassem e internalizassem pensamentos.

Por outro lado, percebeu-se que houve uma grande dificuldade de escrever e ler corretamente, obedecendo às normas cultas da língua portugues.

O que chamou atenção é que após a utilização da educação contextualizada, percebeu-se um maior interesse dos alunos e professores de outras disciplinas em trabalharem mais a leitura, procurando sempre contextualizar o assunto com a realidade.

O estudo mostrou que o professor ao utilizar o livro didático como um instrumento de ensino aprendizagem, precisa fazer uma contextualização do conteúdo dentro do universo real do aluno.

Para alguns professores, os índices de aprendizagem podem ser elevados através da aplicação da metodologia da educação contextualizada, tomando como base pedagógica a adaptação de conteúdos escolares à realidade e a valorização da agricultura e do campo.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que é importante o ensino da língua portuguesa, mas, para que haja uma comunicação mais fluente e facilite o convívio social dos estudantes faz-se necessário que o professor saiba aproveitar os saberes do aluno para, aos poucos, penetrar no seu mundo e fazer compreender, trabalhando assuntos de um universo real. Com a educação contextualizada, constatou-se que é possível alcançar uma elevação eficiente do ensino aprendizagem da língua portuguesa culta que têm grande relevância no processo de profissionalização. A metodologia de ensino adotada pelo professor é que fará a diferença neste processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Jovens e Adultos.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

_____ Educação do Campo. **Cultivando um Brasil Melhor**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB no. 1, 3 de abril de 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MENEZES, E. T.; SANTOS,."Contextualização" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=55, Acesso em: 12/jun/2012.

NICOLA, J. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo, Scipione, 1997.

PETER, B e R. Porter. **Linguage, indivíduo e sociedade. História Social da Linguagem**: UNESP. 1993.

PEREIRA, C. M.; Marques, V. P.; Torres, E. F. (jun.1998). *Dos* **tempos da caverna ao computador.** In: Revista Universidade e Sociedade, Ano 13, n. 17, pp. 28-30.

SANTOS, J. R., **O fracasso do ensino de língua portuguesa para falantes do português popular**. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/o-fracasso-do-ensino-de-lingua-portuguesa-para-falantes-do-portugues-popular/92533/#ixzz21asgLYHC. , Acesso em: 12/jul/2012.

SAPIR, E. "**Language**". In: BLOUNT, B. (ed). Language, culture and society: a book of readings. Cambridge, Massachusetts: Winthrop Publishers, Inc., 1974.

TRIVINOS, A. N. S. *Bases Teórico* – **Metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Cadernos de pesquisa Ritter dos Reis, v.4, Porto Alegre. pp. 1-151, 2001.